



Leandro Filipe Almeida de Carvalho  
Afm  
acp

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

### ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DEZOITO

---- Aos trinta dias do mês de abril, do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e cinco membros, tendo-se verificado a ausência por motivos profissionais e/ou pessoais de, **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho, Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes e Alexandre Paulo da Silva Ramos**, justificando assim as suas faltas e ainda os **presidentes de Junta de Freguesia da Desejosa, Granja do Tedo e União de Freguesias de Paradela e Granjinha**, substituídos respectivamente por **Faustino de Jesus Macedo, José António Veiga Lopes e António Joaquim Monteiro Ribeiro**.-----

Os deputados **Álvaro Correia Soares Martinho, João de Oliveira Nápoles de Carvalho e Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, invocaram igualmente motivos profissionais para a sua ausência e solicitaram a sua substituição, tendo nesta sessão os lugares sido ocupados por: **Paulo Jorge Lopes Soares, Victor Manuel da Costa e Fernando da Costa Antunes**, respectivamente.-----

Verificada a existência de quórum, os trabalhos tiveram início às catorze horas e vinte minutos, sendo a sessão presidida por **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo** e secretariada por **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**. -----

Foi de seguida lida a ata da reunião anterior, merecendo aprovação por maioria, com a abstenção dos deputados **Paulo Jorge Lopes Soares, Victor Manuel da Costa e José Fernando Pereira** por não terem estado na reunião e ainda do deputado **Rui António Alves Figueiredo**. -----

O Executivo Municipal esteve representando pelo seu presidente **Carlos André Teles Paulo de Carvalho** e vereador **José Carlos Oliveira Silva**. A ausência dos vereadores **Rafael Pereira Santa e Manuel dos Santos Costa** foi comunicada ao plenário pelo presidente da Câmara e justificada por motivos profissionais. -----

Seguidamente o presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória com a seguinte: -----

#### ===== ORDEM DE TRABALHOS =====

- I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO -----
- II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----



Handwritten signature: *Luís Rebelo*  
*AFR*  
*acef*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

### --- III. ORDEM DO DIA -----

Seguidamente realizou-se a tomada de posse do deputado **José Fernando Pereira**, fazendo o juramento habitual, vindo substituir o eleito **António Paulo Lopes Correia Cunha Mota** na lista autárquica à Assembleia Municipal pelo Partido Socialista, e entretanto renunciado à investidura. -----

No período destinado ao público, foi dada a palavra ao cidadão **Manuel Adriano Moreira da Silva**, natural de Quintã – Távora para manifestar a sua preocupação por algumas situações que se passam na sua freguesia. Começou então por perguntar qual o motivo porque foi retirada uma placa que havia sido colocada no adro da capela de Santa Bárbara, onde anunciava o montante para a anunciada requalificação, querendo saber qual o ponto da situação. -----

Disse ainda que as casas de banho foram deslocadas mas a ligação ao saneamento não foi feita, pelo que causa algum mal-estar nas pessoas que por ali passam e param para ver a paisagem. Disse também que a iluminação pública tem várias lâmpadas que não funcionam e o acesso a algumas residências devia ter mais fiscalização, porque as obras danificam as ruas. Chamou à atenção para a eminência da derrocada do muro de suporte na estrada junto à capela de Santa Bárbara e interpelou o executivo municipal, para saber quais as razões porque em Quintã, não foram limpas as valetas, como aconteceu em Távora, querendo também saber se existe algum órgão de coordenação para a limpeza das matas tal como exige o governo da Nação. -----

Ao presidente da Câmara foi dada a palavra para responder ao munícipe dizendo que a maior parte dos assuntos colocados deviam ser debatidos em Assembleia da Freguesia, já que tem competências próprias para a solução desses trabalhos. Quanto às obras na capela de Santa Bárbara, o presidente da Câmara disse ter já há uns meses a esta parte percebido o equívoco com que o cidadão **Manuel Adriano** denunciou o caso através de uma rede social. O não conhecimento sobre o mesmo levou-o à confusão sobre os dados da referida placa ali colocada e que a mesma se referia a umas candidaturas para participação financeira, relativo ao derrube de muros causados pelas intempéries de janeiro do ano 2016. À época o ministro da tutela deslocou-se ao Douro para se inteirar da solução e a Câmara Municipal solicitou em devido tempo aos senhores presidentes de Junta de Freguesia, no qual se incluía o agora cidadão **Manuel Adriano** como presidente da sua autarquia, para que fosse feito um levantamento dos prejuízos em muros e caminhos, candidaturas essas que, ultrapassavam um milhão de euros. No entanto o Governo anunciou que ia participar esses prejuízos em cerca de 30 mil euros, causando uma certa desilusão nas aspirações das propostas da Câmara Municipal. Tendo em conta a irrisória participação estatal e tendo em conta os trabalhos feitos por administração direta com os custos que a mesma acarreta, e que não foram aceites pensou-se até abdicar de tal verba estando neste momento a decorrer conversações com



Handwritten signature and initials: Fernando Guerra, AF 2, acsp

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

o ministério da Agricultura. O presidente da Câmara esclareceu o cidadão **Manuel Adriano** que a referida placa tem a ver com as intempéries e não com qualquer requalificação da área envolvente à capela de Santa Bárbara. Quanto à limpeza das faixas de combustível tem havido reuniões com os presidentes de Junta de Freguesia, para a elaboração dos levantamentos havendo a noção de que vai ser muito difícil, conseguir fazer aquilo que o Governo quer obrigar, porque deu a ideia de que não foi sério nas decisões, dando a entender que querem empurrar para as autarquias, tentando libertar-se de responsabilidades, como aconteceu o ano passado, que não conseguiu gerir e este ano se houver incêndios vão haver muitos presidentes de Câmara a ser constituídos arguidos porque não há capacidade física para executar esses trabalhos, nem empresas suficientes e quando as há praticam preços altos, criando assim todas as condições para a especulação, garantindo que a autarquia tudo fará para que em conjunto com os particulares se arranjem as melhores formas de resolver este problema. Voltando novamente ao assunto sobre as obras de requalificação do adro da capela, o presidente da Câmara não aceita que o cidadão **Manuel Adriano** continue uma norma por si adoptada há muito que são as insinuações, dando a entender que essas verbas haviam sido desviadas para outros lados, aconselhando-o a que fundamente tais afirmações que não correspondem à verdade. -----

Seguiu-se o período de **Antes da Ordem do Dia** utilizado totalmente pelo presidente da Assembleia Municipal, para dar a conhecer ao plenário a correspondência recebida neste espaço de tempo que medeia as duas reuniões da Assembleia Municipal e a apresentação de voto de pesar pelo falecimento do senhor **Dr. Fernando Guerra**, advogado com escritório em Mangualde e consultor jurídico da Câmara Municipal de Tabuaço desde o ano 2003. -----

Foi ainda proposto um outro voto de pesar, pelo secretário da Junta de Freguesia de Granja do Tedo, **José António Veiga Lopes**, pelo falecimento do senhor **Ernesto Coutinho Batista**, e ex-membro da Assembleia de Freguesia. -----

Submetido à votação do plenário, foram ambos os **votos de pesar** aprovados por unanimidade. -----

O presidente da Câmara, dando cumprimento a um pedido do cidadão **Eusébio Soeiro de Almeida**, informou o plenário da proposta por ele enviada, no sentido de manifestar a sua profunda homenagem ao ex-autarca **Delfim da Costa Iamas**, que para o proponente, este cidadão agora falecido exerceu durante muitos anos o lugar de presidente da Junta de Freguesia de Valença do Douro, onde prestou relevantes serviços e uma total dedicação à causa que devotadamente abraçara, com sentido de responsabilidade, não só na sua terra mas também nesta Assembleia da qual fez parte. O presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao cidadão **Eusébio Soeiro de Almeida** a referência feita ao ex-presidente de Valença do Douro, dando conhecimento à família. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

### ===== ORDEM DO DIA =====

**Ponto Um:** Apreciação da Informação escrita do presidente da Câmara (cfr. alínea c) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013). -----

Após um intervalo de 15 minutos, os trabalhos recomeçaram e a palavra foi dada ao presidente da Câmara, para esclarecer e informar o plenário vários assuntos começando por um que estando em discussão governamental se refere à descentralização e o município de Tabuaço faz parte do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses e por isso acompanha as negociações que há entre este órgão representante dos municípios e o governo, tendo sido assinado entre o principal partido da oposição (PSD) para que a viabilização desta descentralização seja permitida, medida essa saudada pelo município de Tabuaço que defende há muitos anos através dos vários e sucessivos executivos municipais, a quem devem ser confiadas mais competências, nomeadamente nas áreas da saúde, ensino e acção social, terão muito mais eficácia junto das populações devido à proximidade, permitindo a capacidade de dar uma melhor resposta e apresentar melhor serviços. -----

Disse ainda que o receio é que as eventuais competências transferidas, não sejam acompanhadas das respectivas e justas transferências financeiras que satisfaçam as necessidades de investimento a fazer em cada uma destas áreas. Neste momento ainda não há valores definidos, mas apenas um acordo de princípio com o que é a Lei-quadro que poderá ser aprovada e implica a exigência do total cumprimento da Lei das Finanças Locais, o que não tem acontecido ao longo dos anos e acaba por prejudicar as autarquias. A atribuição de verbas a compensar as competências é um trabalho a ser feito pelo governo que deve ser acontecer no decorrer do ano em curso e ao qual as Câmara se devem pronunciar sobre as condições, tendo de estar o processo concluído durante a legislatura autárquica que vai até ao ano 2021. -----

Há no entanto algumas dúvidas para o presidente da Câmara, que tem a ver com o facto de se chegar ao ano 2021 e não concordar com as verbas atribuídas o que poderá acontecer ao município de Tabuaço, porque tem de haver um estudo aprofundado e ter de perceber o quanto gasta o governo no país e em cada uma das competências e caso o governo não pague a horas, os municípios não terão a capacidade financeira para honrar os compromissos e desta forma poder perigar esta reforma, que à partida estão todos de boa fé, mas importa salvaguardar os direitos e não se venha a repetir o que sucedeu em 2008 quando o município de Tabuaço assumiu o encargo com o Ensino e mais tarde teve de reincidir e muito bem, porque as verbas recebidas não comportavam as despesas feitas, tal como o caso do encerramento das escolas em que se comprometeram a pagar o transporte dos alunos, mas que hoje é suportado pela autarquia. O presidente defende que os partidos políticos estejam alinhados para a concretização destas e de outras



Luís Tabuaço  
Afr  
acep

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

reformas, para que em sintonia se possam melhorar as condições das populações. Disse também que o governo defende a universalização das competências que à partida todas as autarquias devem assumir por igual, defendendo que devia haver uma negociação distinta de acordo com a capacidade e situação de cada uma, já que em termos comparativos e tomando o exemplo da Câmara do Porto que pode assumir competências, que a de Tabuaço ou outra desta dimensão dificilmente o poderá fazer. Ficou ainda acordado que para o orçamento de 2019/2020 e 2021 o governo irá apresentar o valor do Fundo de Descentralização que vai financiar as autarquias nesse sentido e Câmaras que tenham contratos em vigor como Tabuaço já teve em relação ao Ensino, os mantenham. Importante e fundamental é o cumprimento da Lei das Finanças Locais e o que já foi dito é que a partir do ano de 2019 vai haver na transferências do Orçamento de Estado a aplicação da Lei que significa que neste período temporal num valor de 230 milhões para as autarquias, acrescido de alguns problemas porque a divisão será feita de acordo com a área e a população, logo os municípios como o de Tabuaço receberão muito pouco deste valor, apesar de que ficou plasmado a equidade territorial. O presidente da Câmara defende que o investimento deve ser distribuído de acordo com a riqueza gerada em cada um dos municípios e fácil avaliar. Quanto à saúde e após a descentralização, poderá ficar a ideia de que com a tutela nas competências da Câmara, poderá por exemplo ter o Centro de Saúde aberto as 24 horas, mas depois no que toca a contratação de enfermeiros e médicos continua tudo a depender do Ministério da Saúde e da ARS norte. O mesmo se passa na área da Educação em que se faltar um professor e o Ministério não preenche a vaga, acontece que os serviços estão abertos mas não funcionais e daí a necessidade de se dar essas competências às autarquias para poder resolver essas questões, concluindo que o principio parece a ser bom, realçando a boa vontade de todos os intervenientes neste processo, as negociações irão continuar e a Câmara de Tabuaço estará atenta ao desenrolar das mesmas e todas as decisões serão trazidas aqui para conhecimento de todos e à Assembleia será pedida a opinião para que a decisão final seja tomada de cordo com aquilo que todos defendem que é o real interesse do concelho e dos seus habitantes. -----

No que respeita à reprogramação do Norte 2020, há uma série de valores que se diz não vão ter utilidade em diversas áreas e tem de preparar a dita reprogramação no sentido de que estas verbas sejam alocadas a outros sectores onde eventualmente façam mais falta. O montante de que se fala cifra-se na ordem dos 580 ou 600 milhões de euros e tem havido reuniões entre os Conselhos Diretivos das CIMs. e Área Metropolitana e olhando para estes valores sabe-se que os interesses da Área Metropolitana do Porto não são iguais aos do Douro, havendo a necessidade de partir para a negociação e cada um apresenta os valores que entende. -----

No entanto e na época da Páscoa, tudo o que se andava a discutir sofreu um revés porque em reunião do Conselho Regional do Norte, o presidente da CCDRN (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte) anunciou o resultado de uma reunião





*Handwritten signature and initials*  
Handwritten signature and initials, possibly "Alfonso" and "ceef".

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

tida com o governo no dia anterior onde se teria discutido as alterações a quase tudo aquilo que se tem vindo a negociar e eventualmente uma parte significativa dessas verbas poderiam ser desviadas para obras como o Metro de Porto e Lisboa e Carris e a possibilidade de poderem ser atribuídos 250 milhões de euros do FEDER, que são os fundos aos quais as câmara se podem candidatar para financiar escolas e escolas profissionais, provando mais uma vez que os governos desde há mais de uma década a esta parte têm desorçamentado aquilo que é o investimento público e carregar esse investimento público no que são os Fundos Comunitários, tomando como exemplo o que tem acontecido em Tabuaço e concelhos limítrofes, cujo investimento tem sido através dos dinheiros que vêm para a Câmara e dos Fundos Comunitários, verificando-se um acentuado deficit naquilo que são obras financiadas pelo próprio estado. Nessa reunião foi tomada uma posição de unanimidade, na não-aceitação de tal discriminação e há agora uma nova proposta acordada entre os parceiros acima referidos, onde se referem os valores sectoriais mas mesmo assim a necessitar ainda de um acordo com o governo para que seja enviada para Bruxelas. -----

Também por antecipação foi apresentado ao senhor Primeiro-Ministro um trabalho da CimDouro no âmbito do Portugal 2030, com o objectivo de participar nesse Quadro Comunitário para não correr o risco como quando eram apresentadas as propostas em Quadros anteriores, estava já tudo definido e desta maneira cada um dos municípios teve tempo para apresentar a sua visão e escolher os eixos estruturantes que mais interesses, com destaque para as acessibilidades e o desenvolvimento empresarial. Se as verbas para estas e outras obras não vierem, que não seja por falta dos organismos regionais onde estão incluídas as autarquias, apresentarem atempadamente os respectivos projectos. ----

A questão do PROVER, falado na ultima reunião houve a aprovação por parte do Turismo de Portugal os projectos direccionados para a vertente turística e já foi assinado no dia 8 de abril no Museu do Douro, o consórcio do PROVER, com as Câmaras e Associações de Desenvolvimento Local e Parceiros Institucionais. -----

Falou ainda do início das obras de Requalificação em Sendim, a entrega das Bolsas de Estudo aos alunos do Ensino Superior, para as quais já foram canalizados mais de 125 mil euros, contribuindo assim para o alívio financeiro despendido pelos pais. Alertou também os membros da Assembleia Municipal para o facto de existirem uma série de regulamentos que estão em discussão pública, optando por este sistema antes de ser feita alguma aprovação, para que quem quiser possa dar o seu contributo de correcção ou alteração a ser introduzidos com vista a melhorá-los antes da redacção final, tais como: Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, Programa Municipal de Incentivo à Natalidade, Regulamento Municipal de Acção Social, Apoio a Extratos Sociais Desfavorecidos em matéria de Habitação Social, Loja Social e Prémio Abel Botelho. Estes regulamentos que ao longo últimos anos se foi verificando a necessidade de alguns ajustes porque algumas cláusulas já não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

correspondem à realidade e as propostas já feitas pelo município vão no sentido de se corrigir e aperfeiçoar para que a atribuição seja mais justa e equitativa, deixando à consciência dos senhores membros da Assembleia que queiram contribuir para a melhoria do documento e seja possível apresentá-lo à reunião do próximo mês de junho.

Espera-se também a possível escritura da Associação DOP do Azeite, que seja feita em Tabuaço, como concelho fundador e para tal aguarda-se que todos os concelhos e associações, cooperativas e privados aderentes, tenham todos os documentos prontos para oficializar a constituição da respectiva associação. -----

Uma última intervenção do presidente da Câmara teve a ver com a missiva enviada ao senhor Ministro da Administração Interna por causa da reorganização das freguesias, e apesar de já ter sido à cerca de dois meses ainda se não obteve qualquer resposta e caso a situação se mantenha, deve-se insistir novamente para que seja da parte da tutela transmitido alguma notícia relacionada com o assunto, para que seja devidamente analisada e proceder em conformidade. Foi proposta a disponibilidade do município de Tabuaço, para uma audiência com o senhor Ministro, para que se entenda as intenções do governo e caso este apresente alguma proposta, entende o presidente da Câmara que não vai ao encontro daquilo que é a pretensão das freguesias e esse é também o pensamento da Comissão Política Nacional dos Sociais-Democratas que em reunião realizada há pouco tempo, alguns elementos mais ligados a este assunto manifestavam a mesma desconfiança. -----

**Ponto Dois:** Apreciação, discussão e votação da **autorização para alterar os acordos de execução outorgados entre a Câmara Municipal e as juntas/uniões de freguesias** (cfr. alínea K) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro). -----

Relativamente a este ponto, foi dada a palavra ao presidente da Câmara para que se pronunciasse dizendo que a fórmula de cálculo nas transferências a atribuir consiste nas verbas que recebem as freguesias e daí a necessidade dos ajustes para que haja uma maior equidade e a partir do momento que a estabilidade financeira atingiu maior solidez, começaram então as transferências tendo no primeiro ano atingido um montante de cento e cinquenta mil euros, no ano imediato passou para duzentos mil euros e no ano actual, está-se a proceder à transferência no percentual correspondente a um valor global de duzentos e cinquenta mil euros, informando ainda que estas transferências que se traduzem num esforço financeiro para a Câmara Municipal representam em relação ao FEF um adicional de sessenta e cinco por cento, que é um valor significativo e tendo em conta a realidade de cada concelho, o município de Tabuaço é daqueles que em comparação com outros de igual ou até maior dimensão faz maiores transferências. O presidente da Câmara lembrou ainda que esta medida sempre foi por si defendida, mesmo quando estava na oposição, porque entende que esta é a forma da responsabilização das freguesias porque são elas que têm a proximidade com as pessoas



*Handwritten signature*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

e assim poderem fazer um melhor serviço para as populações, que apesar destas medidas a Câmara Municipal continua a fazer obras nas freguesias, independentemente das verbas atribuídas através dos acordos de cooperação. -----

Não havendo por parte do plenário, quem se quisesse pronunciar sobre este assunto, foi o mesmo posto à votação e aprovado por unanimidade. -----

**Ponto Três:** Apreciação, discussão e votação da **autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual por efeito da aquisição de energia eléctrica (média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal) para as diversas instalações do Município, incluindo a iluminação pública** (cfr. alínea c) do nº1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Igualmente neste ponto, foi dada a palavra ao presidente da Câmara para que elucidasse a Assembleia sobre o tema em questão, começando por fazer o enquadramento do assunto e assim informar os senhores deputados, que dantes a norma para este procedimento era que cada município fizesse a sua aquisição de fornecimento, chegando à conclusão que se a mesma fosse feito no âmbito da CimDouro, se ganharia escala e poder negocial, sendo o preço igual para todos os municípios da comunidade, através de um concurso único e desta forma tem-se verificado a diminuição dos custos. Acontece que foi uma empresa que não a EDP a ganhar o concurso e para isso contou a mais baixa proposta apresentada, não tendo sido possível mantê-la no ano seguinte que só foi feita para ganhar a proposta e o fornecimento de energia não se conseguiu fazer e a Comunidade teve de fazer um ajuste direto durante os primeiros meses do ano, para garantir os valores acordados à época e abrir um novo concurso com outro valor base para que agora se possa formalizar o concurso como aconteceu em anos anteriores. Para que o referido concurso não fosse feito apenas no valor remanescente a este ano que contemplava apenas oito meses, foi entendido que devia ser feito já o procedimento para o ano 2019 e para os meses em falta do ano transacto. -----

Feita a explanação deste assunto pelo presidente da Câmara e como não houve quem manifestasse a vontade de intervir, foi este ponto da ordem de trabalhos colocado à consideração dos membros da Assembleia Municipal e posteriormente aprovado por unanimidade. -----

**Ponto Quatro:** Apreciação discussão e votação da **3ª modificação, 1ª revisão do orçamento da receita e da 3ª modificação, 1ª revisão do plano de actividades municipal de 2018**, (cfr. alínea a) do nº 1 do artº 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O presidente da Câmara procedeu aos devidos esclarecimentos, dizendo que esta situação tem a ver com o pedido que nesta reunião havia anteriormente sido discutido,





Luís Alves  
Alves  
Alves

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

sobre a operação de substituição de dívida para o empréstimo do saneamento financeiro, já aprovada pela Câmara e Assembleia Municipal e actualmente se encontra no Tribunal de Contas para obtenção do visto, realçando o facto de tal operação não implicar o aumento da dívida do município, passando apenas a sua substituição que de um total de oitos milhões de euros e que agora está na ordem de pouco mais de quatro milhões e meio de euros, para que desta forma se obtenham as taxas de juros mais baixas e diluir o prazo conforme explicações dadas em reuniões anteriores. Como resultado desta operação verifica-se que dantes estava apenas contemplado o empréstimo que ainda hoje existe e o Tribunal de Contas entende que devem estar os dois empréstimos e assim pretende-se fazer uma alteração ao orçamento no sentido de colocar uma despesa dos atuais quatro milhões de euros, com a receita de igual montante, para que o Tribunal diga que o empréstimo vai ser concretizado, e a Câmara com a verba entregue pela entidade bancária que consiste num consórcio que ganhou a proposta e com esse empréstimo paga-se o outro. -----

Este ponto foi votado e o resultado da votação após ter sido submetido a escrutínio ao plenário, foi a sua aprovação por maioria com a abstenção do deputado **Rui António Alves Figueiredo**. -----

**Ponto Cinco:** Apreciação do relatório semestral sobre a execução do plano de saneamento financeiro, reportado ao 2º semestre de 2017 (cfr. alínea c) do nº 4 do artigo 40º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro. -----

Os trabalhos prosseguiram e por sugestão do presidente da Câmara, uma vez que os restantes pontos da convocatória estavam relacionados entre si, solicitou à Mesa da Assembleia, que de imediato demonstrou concordância, para que fossem discutidos em simultâneo. -----

Iniciou então a sua intervenção dizendo que as contas são já conhecidas, começou pelo Saneamento Financeiro, que teve início no ano 2008 e concretizado dois anos depois, cuja obrigatoriedade implica a que semestralmente se faça um relatório de acompanhamento e que desde início apresenta um desvio do que era a previsão, porque houve uma série de dívidas que não foram contempladas deste Plano e aquando da sua consolidação e desempenho o tal desvio verificou-se pela não entrada da dívida total, continuando o Técnico que à época auxiliou à execução do Plano, a identificar o tal desvio por dívidas mais tarde consideradas. -----

Relativamente ao Revisor Oficial de Contas, o seu relatório é obrigatório, desde o ano económico de 2014, que por lei todas as Câmara foram obrigadas a contratar um técnico, que tem como missão, certificar as contas do município e que representa uma entidade externa que garante a sua isenção determinado pelo enquadramento legal. O presidente da Câmara disse ainda que no primeiro ano de actividade, a análise do ROC apontava para dez reservas, que quer dizer anomalias a serem verificadas, traduzindo-se num retrato de



*Handwritten signature*  
Alef

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

uma série de procedimentos, que não eram executados na perfeição. Desde então tem-se vindo a melhorar na perfeição dos documentos, cifrando-se neste momento apenas duas reservas, notando-se uma evolução francamente positiva e que têm a ver com a inventariação dos bens da Câmara Municipal, situação complexa porque não se refere a bens patrimoniais, mas outros bens que até incluem bens públicos, como estradas, caminhos logo se vê o quão difícil é de quantificar e por isso a autarquia tem vindo ano após ano a tentar diligenciar para a melhoria dessas reservas colocadas, que gradualmente irão sendo eliminadas como foram as demais. -----

Outra situação que o ROC tem vindo a defender é que a autarquia devia alinear a sua participação na Sociedade Beleza do Monte, que titula o hotel em S. Plácido, porque em seu entender a autarquia não tem enquadramento legal para fazer parte de uma empresa naqueles moldes. Como existe um processo em tribunal e até haver uma decisão judicial, relativa ao valor da parcela de terreno de sessenta e quatro hectares foi adquirida e transaccionado para o capital social da empresa hoteleira e até ao veredicto final, a Câmara não tomará posição em relação ao assunto. -----

Relativamente ao excesso de endividamento do município, o presidente da Câmara entende-a e diz que é uma realidade, ultrapassando um milhão e seiscentos mil euros, que resulta de há muito tempo e que tem vindo a diminuir ano após ano, basta lembrar que quando chegou à Câmara este limite de endividamento era muito superior, tinha um rácio de 2.43 e à medida que tem vindo a ser reduzido, num valor global de cerca de quatro milhões de euros desde o ano 2013 até ao ano 2017, contribuindo para que o rácio passasse daqueles números atrás divulgados para 1.75, com que se fechou o ano. De referir a baixa da dívida que se tem verificado todos os anos mantem-se o rigor a paulatina redução da dívida, com excessão de 2015 justificado, com a registo de todas as dívidas que contabilizavam mais de dois milhões e cento e quarenta mil euros. Esta é uma situação bem diferente daquela que era à época da sua entrada para a Câmara, em que era previsível a eminência de uma rutura financeira, tal como indicava o relatório do Dr. Fonseca Ribeiro do Plano de Saneamento Financeiro e conseguiu-se reduzir o suficiente para sair da esfera obrigatória facultativa do Fundo de Apoio Municipal, para que hoje estar apenas a 0,25 acima daquilo que é o limite de endividamento e sem descurar o apoio a dar às freguesias do concelho, o objectivo do executivo é ao longo dos quatro anos, conseguir baixar dos 1,5% e se tal for possível é sinal do desempenho financeiro altamente satisfatório. A opção podia ser outra, como sendo a não transferência de mais verbas para as freguesias e canalizar esse dinheiro para baixar a dívida, contando ainda com a verba de cento e quatro mil euros, que se devolveu por causa da estrada de Adorigo, respeitando uma exigência da Autoridade de Gestão, devido a obras que não foram feitas e pagas pela Câmara, situação enviada para o Ministério Público e o mesmo aconteceu com as obras de Regeneração Urbana que devido a uma taxa de execução muito baixa, que implicava menos de seis meses para a sua conclusão, que apesar da pequena prorrogação conseguida não se conseguindo fazer todas as obras, penalizando a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

autarquia e obrigar à devolução de mais de duzentos mil euros, havendo no entanto a esperança de que em relação à estrada de Adorigo, se houve alguém que o recebeu indevidamente terá igualmente de o devolver. -----

Abertos estes pontos à discussão, não houve intervenções pelo que foi dado como concluída a apreciação do **Ponto Cinco** referente ao Relatório Semestral sobre o Plano Financeiro. -----

**Ponto Seis:** Apreciação do relatório semestral do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira, reportado ao 2º semestre de 2017 (cfr. alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro). -----

Foi igualmente apreciado, sem intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

**Ponto Sete:** Apreciação, discussão e aprovação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2017 (cfr. alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro). -----

O assunto relacionado no ponto supra, foi votado e aprovado por maioria com as abstenções dos deputados **Arlindo Augusto Genésio Gouveia** e **Rui António Alves Figueiredo**. O deputado **José Fernando Pereira**, absteve-se igualmente, fazendo declaração de voto e justificar a votação com o facto da sua investidura, ter sido nesta reunião e não ter sido possível dispor de tempo para analisar os documentos. -----

**Ponto Oito:** Apreciação, discussão e aprovação da proposta sobre a aplicação do resultado líquido do exercício de 2017 (cfr. ponto 2.7.3.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado em anexo pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro). -----

O resultado desta votação, foi a aprovação por maioria, com as abstenções dos deputados **Arlindo Augusto Genésio Gouveia** e **Rui António Alves Figueiredo**. O deputado **José Fernando Pereira**, justificou a sua abstenção com o facto de não ter tido tempo útil para analisar os documentos em virtude de só nesta reunião ter tomado posse e daí ter tido acesso aos mesmos. -----

**Ponto Nove:** Outros assuntos de interesse, para o Município. -----

Neste ponto da convocatória, usou da palavra o deputado **Victor Manuel da Costa** e interpelou o presidente da Câmara acerca da possibilidade dos investimentos privados e para além dos organismos já existentes se há mais possibilidades de orientação neste sentido. -----



Luís Tab  
Afor  
acef

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O presidente da Câmara disse, que já existe e a perspectiva futura é de que o Balcão de Apoio ao Agricultor, seja mais de Apoio ao Empreendedor e por isso mais abrangente a outras áreas, destacando a vertente de apoio de empresas que têm ligação à Câmara, que podem encaminhar os interessados. Há ainda a registar, que ou por falta de comunicação ou outro motivo qualquer, regista-se uma notória falta de interesse de participação, apesar dos convites feitos a acções que o município vem realizado através das entidades respectivas e daí a necessidade de tentar novo modelo para que surta outro efeito. -----

O presidente da Câmara, concluiu a sua intervenção para manifestar o orgulho pelo sucesso alcançado pela actividade do Grupo de Teatro Amador de Tabuaço – Teatraço e do grupo Todo o Terreno, duas associações que por carolice conseguem obter bons resultados no campo cultural e recreativo do concelho. -----

Outro dado apresentado pelo Presidente da Assembleia Municipal, tem a ver com a eleição numa lista de consenso à Mesa da Assembleia Intermunicipal constituída pelos dezanove municípios que compõem a CimDouro que abrange elementos do Douro Norte, Douro Sul e Douro Superior. Tal facto engrandece ainda mais o concelho e esta Assembleia, se for tido em conta em que a secretária **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, foi igualmente eleita, para secretariar aquele órgão regional aumenta ainda mais o orgulho de cada um, pela representatividade estar a cargo de uma tabuacense. -----

O presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos senhores deputados a sua intervenção aquando da sua eleição para a Assembleia Intermunicipal, onde destaca a sua responsabilidade no cargo, como também chama a atenção para os vários desafios no seio da Comunidade relacionados com o desenvolvimento regional e a consequente sustentabilidade da região enquanto Património Mundial, com destaque para o aproveitamento do fluxo turístico para que contribua positivamente para a economia regional e promotor da riqueza aqui criada, capaz de criar emprego e fixar os jovens. -----

Por sua vez, a secretária Anabela Susana Paiva Oliveira Martins, usou da palavra, para agradecer a prova de confiança em si depositada, garantindo que as suas novas funções serão exercidas com a lealdade que lhe é exigida prometendo que tudo fará para a projecção do município de Tabuaço, num plano superior em relação aos congéneres do Douro. -----

Esta eleição recebeu igualmente o elogio e os parabéns do presidente da Câmara, dizendo que não reflecte apenas o seu trabalho nesta Assembleia, mas também o trabalho que aqui se faz passa para fora do município e é recepcionado pelos outros atribuindo-lhe o valor necessário para ascender a estes patamares, porque quem fica a ganhar é certamente o concelho de Tabuaço. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Terminadas as intervenções e esclarecimentos, a secretária **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, leu a minuta da ata e posta à consideração dos membros da Assembleia Municipal, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais nada a tratar, o presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e deu por encerrada às dezassete horas e quarenta minutos a sessão, de que se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo presidente e secretários. -----

  
-----  
**Presidente: Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**

  
-----  
**1º Secretário: Álvaro Correia Soares Martinho**

  
-----  
**2º Secretário: Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**